



Página -1-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Vistos e examinados estes autos de **Recuperação Judicial**, registrados sob o nº 12043-76.2016.8.16.0069, em que é requerente **B D VEST CONFECÇÕES LTDA.**

Aduz a requerente como razões de seu pleito, em breve síntese: (i) que iniciou suas atividades no ano de 1998, tendo como atividade principal o ramo de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, sendo que a primeira marca lançada no mercado foi a “OSMOZE”; (ii) que com a marca “OSMOZE” transformou a indústria do jeans no Brasil, agregando uma personalidade exclusiva de produtos, transformando-se em referência nacional; (iii) que em 2005 passou a utilizar a marca “DENÚNCIA”, a qual atua no ramo atacadista e que possui lojas e equipes de representantes próprios; (iv) que a marca “DENÚNCIA” ainda conta com uma linha de produtos infantis para meninos e meninas de 5 a 12 anos, denominada “DENÚNCIA KIDS”; (v) que no ano de 2009 também passou a utilizar a marca “EVENTUAL”, voltada para o público mais jovem, maca esta que também oferece coleções-capsula voltadas para crianças de até 3 anos denominada “EVENTUAL MINI”; (vi) que em 2014 a empresa inaugurou a loja “Z-STORE”, oferecendo ao público varejista a oportunidade de comprar todas as marcas por ela produzidas, sendo que devido ao sucesso de vendas o projeto se expandiu e hoje conta com mais três novas unidades, nas cidades de Maringá, Curitiba e uma segunda loja em Cianorte, sendo hoje denominada “OSMOZE BRANDS”; (vii) que no ano de 2016 inaugurou um novo canal de vendas, o *e-commerce* destinado ao público final e também para multimarcas (b2b), com o objetivo de oferecer um *mix* completo de produtos das marcas, com entregas para todo Brasil e atendimento em tempo real do consumidor; (viii) que ao longo dos anos expandiu seus negócios e chegou a contar com 29 lojas espalhadas pelos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte e Bahia, e atualmente, diante da realidade de mercado, conta com cerca de 16 lojas ativas; (ix) que sua sede está localizada na cidade de Cianorte, onde conta com uma estrutura fabril de 23.000m²; (x) que possui uma equipe sólida e capacitada de representantes que atende lojistas de norte a sul do país, formando um amplo corredor comercial; (xi) que atualmente gera 250





Página -2-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

empregos diretos e 5.000 empregos indiretos, que integram a cadeia produtiva, da confecção até a venda; (xii) que é destaque quando o assunto é a função social, pois patrocina diversos projetos sociais, tendo inclusive constituído uma ONG denominada "O Bem Criado", com o objetivo de prestar apoio a crianças e adolescentes carentes do Município; (xiii) que as razões da crise econômico-financeira foram ocasionadas pela grande crise econômica que atinge o país, a qual atingiu diretamente o setor de vestuário, fato que acarretou na diminuição drástica do faturamento, chegando a um déficit de 62% se comparado com o ano de 2014; (xiv) que possui condições para superação da crise econômica-financeira enfrentada.

Em razão do sucintamente narrado, pleiteia o deferimento do processamento da recuperação judicial, bem como pugna pela concessão da tutela de urgência para o fim de: a) determinar que os bancos credores se abstenham de proceder qualquer ato de retenção ou bloqueio de valores, acesso e movimentações bancárias nas contas, bem como que liberem todo e qualquer acesso por meios eletrônicos e físicos, de gerenciamento financeiro, incluindo os débitos decorrentes de cédulas de crédito bancário não registradas, dos contratos de cessão fiduciária em garantia e dos créditos a performar; b) dar-se continuidade nas relações contratuais essenciais, principalmente serviços de informática, tais como, Sistema Gerencial da empresa, Servidor de Armazenamento do Banco de Dados, Software de Gerenciamento de Pedidos e Sistema de Análise de Cadastro; c) suspensão de protestos e baixas das restrições de cadastros de inadimplentes; d) dar-se continuidade no fornecimento de serviços de água e energia elétrica; e) determinar que os locadores se abstenham de proceder qualquer ato de despejo dos imóveis onde estão situadas as suas filiais em razão do inadimplemento.

É o essencial a ser relatado. DECIDO.

Da Competência

Segundo dispõe o artigo 3º, da LFRE (Lei de Falência e Recuperação Judicial de Empresas), o Juízo competente para processar e julgar o pedido de recuperação judicial é o do "local do principal estabelecimento do devedor".





Página -3-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Considera-se “principal estabelecimento” o local onde o devedor concentra o maior volume de negócios.

Neste sentido é o Enunciado 465, do CJF:

“Para fins do Direito Falimentar, o local principal estabelecimento é aquele de onde partem as decisões empresariais, e não necessariamente a sede indicada no Registro Público.”

No caso destes autos, não há dúvidas que o maior volume de negócios da sociedade empresária em crise econômico-financeira é realizado nessa Comarca de Cianorte, portanto, não há dúvidas quanto à competência deste Juízo para processar o pedido de recuperação judicial.

Do Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial

O instituto da recuperação judicial substituiu a figura obsoleta da concordata.

A recuperação judicial é o procedimento judicial que tem por objetivo auxiliar o empresário ou a sociedade empresária a superar a crise econômica e financeira, com o fim de evitar a falência e o encerramento de suas atividades (princípio da preservação da empresa), pois a atividade empresarial, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país é fonte de emprego e renda (função social da empresa).

Conforme se extrai do disposto no artigo 47, da LFRE, somente será deferido o processamento da recuperação judicial aos empresários ou sociedades empresárias que demonstrem que sejam economicamente viáveis e que podem superar a situação de crise econômica e financeira que esteja enfrentando.

“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a





Página -4-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”

Sobre a viabilidade econômica para o deferimento do processamento da recuperação judicial, explica Fábio Ulhoa Coelho:

“Como é a sociedade brasileira como um todo que arca, em última instância, com os custos da recuperação das empresas, é necessário que o Judiciário seja criterioso ao definir quais merecem ser recuperadas. Não se pode erigir a recuperação das empresas em um valor absoluto. Não é qualquer empresa que deve ser salva a qualquer custo. Na maioria dos casos, se a crise não encontrou uma solução de mercado, o melhor para todos é a falência, com a realocação em outras atividades econômicas produtivas dos recursos materiais e humanos anteriormente empregados na da falida.

Em outros termos, somente as empresas viáveis devem ser objeto de recuperação judicial (ou mesmo a extrajudicial). Para que se justifique o sacrifício da sociedade brasileira presente, em maior ou menor extensão, em qualquer recuperação de empresa não derivada de solução de mercado, o empresário que a postula deve se mostrar digno do benefício. Deve mostrar, em outras palavras, que tem condições de devolver à sociedade brasileira, se e quando recuperado, pelo menos em parte o sacrifício feito para salvá-la.

O exame da viabilidade deve ser feito, pelo Judiciário, em função de vetores como a importância social, a mão de obra e tecnologia empregadas, o volume do ativo e passivo, o tempo de existência da empresa e seu porte econômico.”¹

Na hipótese dos autos, a empresa requerente demonstrou que tem condições de superar a crise econômica que está enfrentando, principalmente pelo

¹COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa – 26. ed.** – São Paulo: Saraiva, 2014.





Página -5-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

potencial lucrativo da empresa e o grande valor que sua marca possui no mercado de confecção nacional, atingindo diversos tipos de seguimentos e públicos, de modo que não há óbice para o processamento do pedido recuperacional.

De acordo com o artigo 48, da LFRE, somente será deferido o processamento da recuperação judicial se a empresa comprovar que exerce suas atividades regularmente a mais de 02 (dois) anos; não ser falido e, se foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; não ter, há menos de 05 (cinco) anos, se beneficiado da recuperação judicial; não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por crime falimentar.

Tais pressupostos estão devidamente preenchidos, tendo em vista que a autora está regularmente constituída e em atividade desde o ano de 1998, bem como ficou demonstrado pelas certidões negativas e positivas com efeito de negativas acostadas no seq. 1.62-1.66, que a requerente não foi beneficiada pela recuperação judicial nos últimos cinco anos, tampouco teve a sua falência decretada ou seu sócio administrador condenado por crime falimentar.

A petição inicial da recuperação judicial em análise, encontra-se de acordo com artigo 51, da LFRE.

Isso porque as causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira estão devidamente esclarecidas na petição inicial, tendo como fator principal a grande crise econômica que assola o país, a qual atingiu diretamente o setor de vestuário – o que é notório, mormente se avaliarmos a situação que enfrenta a “Capital do Vestuário -, fato que acarretou na diminuição drástica do seu faturamento anual, chegando a um déficit de 62% se comparado com o ano de 2014.

Foram acostados aos autos os balanços patrimoniais dos últimos 03 (três) anos (seq. 1.75-1.77); relação completa de credores (seq. 1.109-1.111); relação de empregados (seq. 1.72), Certidão de Regularidade do Registro Público de Empresas (seq. 1.39); relação dos bens particulares dos sócios controladores (seq. 1.74); extratos atualizados das contas bancárias e aplicações financeiras de qualquer modalidade (seq. 1.79); certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do





Página -6-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial (seq. 1.40-1.61); relação as de todas as ações judiciais em que este figure como parte (seq. 1.69-1.71).

Isto posto, tendo a requerente demonstrado os requisitos dos artigos 48 e 51, da LFRE, **defiro o processamento da recuperação judicial.**

Da Formação do Juízo Universal da Recuperação Judicial – Suspensão das Ações e Execuções

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial há a formação do Juízo universal da recuperação, com a consequente suspensão das ações e execuções em trâmite contra a empresa em recuperação, excetuadas as causas trabalhistas e fiscais (artigos 6º e 52, III, da LFRE).

O prazo de suspensão será de 180 (cento e oitenta) contados da data do deferimento do processamento da recuperação, sendo este prazo improrrogável, restabelecendo-se, após o seu decurso, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial (art. 6º, § 4º, da LFRE).

Também serão suspensos os processos de falência que ainda estão em trâmite contra a empresa recuperanda (autos nº 8565-60.2016.8.16.0069, 11659-16.2016.8.16.0069 e 11850-61.2016.8.16.0069). E as justificativas para isso são simples: primeiro porque os artigos 6º e 52, III, da LFRE, que determinam a suspensão de todos processos em curso contra o devedor, não fazem qualquer ressalva em relação à falência. Além disso, o processo de recuperação prevalece sobre o processo de falência, em razão do princípio da preservação da empresa, inclusive admitindo-se a formulação de pedido incidental de recuperação judicial em processo de falência (art. 95, da LFRE).

Aliás, quanto à prevalência do processo de recuperação judicial sobre processo singular de credor, importante grafar que o princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47 da Lei 11.101/2005, dispõe que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos





Página -7-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação daquela, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Acerca do tema em discussão ensina Fazzio Júnior (*in* Fazzio Júnior, Waldo. Lei de Falências e Recuperação de Empresas. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2008. p. 21) o que segue:

O princípio da conservação da empresa parte da constatação de que a empresa representa “um valor objetivo de organização que deve ser preservado, pois toda a crise da empresa, causa um prejuízo à comunidade” (LOBO, 1996:6).

O objetivo econômico da preservação da empresa deve preponderar, em regra, sobre o objetivo jurídico da satisfação do título executivo, se este for considerado apenas como a realização de pretensão singular. O regime jurídico de insolvência não deve ficar preso ao maniqueísmo privado que se revela no embate entre a pretensão dos credores e o interesse do devedor. A empresa não é mero elemento da propriedade privada.

Resumindo o caráter insatisfatório das normas concursais ortodoxas, valem as palavras de Fernández-Rio (1982: 150), ao comentar que, na crise econômica de uma empresa, sobre o próprio devedor, sofrem os credores e sofre a sociedade.

Ressalte-se que o indeferimento do pedido de recuperação judicial poderá importar no rompimento das relações comerciais entre a empresa recuperanda e seus clientes, os quais se sentiriam prejudicados, impossibilitando que a referida sociedade comercial cumpra a sua função social, causando prejuízo e lesão a toda a cadeia de fornecedores, funcionários, fisco e credores, os quais poderão não ter os seus créditos satisfeitos.

Assim, com base nos parâmetros precitados, e levando em conta o objetivo do pedido de recuperação formulado e a sua importância para a sociedade como um todo, entendo que os argumentos postos no petitório de seq. 12.1 não tem o condão de obstar o deferimento do pedido de recuperação judicial.





Página -8-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Isto posto, é de se indeferir o pedido contido no petitório de seq. 12.1.

No mais, prosseguindo, as ações e/ou execuções contra o devedor, deverão permanecer nos respectivos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei 11.101/2005 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

Frise-se que caberá ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes (art. 52, § 3º, da LFRE).

Do Plano de Recuperação

Publicada esta decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o devedor terá o prazo de 60 dias para apresentar ao juízo seu plano de recuperação, conforme previsão do art. 53, LFRE. Caso o plano de recuperação não seja apresentado no prazo de 60 dias, a falência do devedor será decretada.

O plano de recuperação judicial deverá conter: a) discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados; b) demonstração de sua viabilidade econômica; c) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por um profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. (art. 53, da LFRE).

O plano de recuperação deverá abranger todas as dívidas do devedor existentes na data do pedido, ainda que não vencidas (art. 49, da LFRE), sendo que as derivadas da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidas até a data do pedido de recuperação judicial não poderão ter prazo de pagamento superior a um ano (art. 54, LFRE).

Além disso, *“o plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.”* (art. 54, parágrafo único, da LFRE).

Apresentado o plano de recuperação, os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das objeções.





Página -9-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Caso não haja objeções o plano apresentado será considerado aprovado (aprovação tácita). Do contrário, o plano será submetido à assembleia que será convocada no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.

Para ser aprovado, o plano de recuperação necessita da aprovação em cada classe por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

De acordo com o art. 58, § 1º, da LFRE, o juiz poderá considerar aprovado o plano de recuperação que não obteve aprovação na assembleia na forma do art. 45 da LFRE, desde que tenha obtido, cumulativamente: a) voto favorável dos credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independente das classes; b) aprovação de pelo menos 02 (duas) classes de credores ou somente 01 (uma) quando haja somente 02 (duas) classes votantes; c) voto favorável de mais de 1/3 dos credores na classe que rejeitar o plano.

Os credores poderão realizar modificações ao plano apresentado pelo devedor. Neste caso, será necessário que o devedor consinta expressamente com as mudanças e que elas não prejudiquem os credores ausentes na assembleia e que não puderam votar o plano.

Quanto à fase do artigo 57, da LFRE (apresentação de Certidões Negativas de Débitos Fiscais), o entendimento da jurisprudência do STJ quanto a este dispositivo é de que somente poderá ser aplicada essa regra quando for editada lei específica regulamentando o parcelamento de crédito tributário para devedores em recuperação, pois o posicionamento da Corte Superior é de que o parcelamento do crédito tributário na recuperação judicial é um direito subjetivo do contribuinte e não uma faculdade da Fazenda Pública.

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO





Página -10-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN. 3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação. 4. Recurso especial não provido. (STJ - REsp 1187404. Órgão Julgador: CE - CORTE ESPECIAL. Julgamento: 19/06/2013. DJE: 21/08/2013. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO)

Da Tutela de Urgência

Conforme dispõe o artigo 294, do NCPC, a tutela provisória fundamenta-se em urgência ou evidência.

De acordo com o artigo 300, do novo Diploma Processual *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo"*.

Da redação do aludido dispositivo se extrai os requisitos necessários para antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva fundamentada na urgência,





Página -11-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

quais sejam: (a) a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e o (b) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

Dito isso, passo à análise de cada um dos pedidos de tutela de urgência formulados pela requerente na petição inicial.

a) Do Fornecimento dos Serviços Essenciais

A empresa requerente postula a concessão de tutela de urgência visando garantir a continuidade dos serviços públicos de água e energia elétrica, bem como a continuidade das relações contratuais essenciais, principalmente serviços de informática, tais como, Sistema Gerencial da empresa, Servidor de Armazenamento do Banco de Dados, Software de Gerenciamento de Pedidos e Sistema de Análise de Cadastro.

Parcial razão assiste à requerente.

Tratando-se o fornecimento de água e energia elétrica de serviços essenciais, os quais são prestados mediante concessão do poder público, a hipótese se amolda ao preceito previsto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, sendo a concessionária obrigada a prestar os referidos serviços de forma adequada, eficiente, segura e, quanto aos essenciais, contínuos.

A interrupção dos serviços essenciais, como é o caso dos serviços de água e energia elétrica, é admitida quando ocorrer o inadimplemento por parte do consumidor e desde que haja pré-aviso, nos termos do § 3º, do artigo 6º, da Lei nº 8.987/95.

“Art. 6º (...)

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

(...)

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.”





Página -12-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

A *ratio* deste dispositivo é sem dúvida garantir a eficiência e, sobretudo, a continuidade do serviço público, pois a não interrupção da prestação dos serviços daqueles que estejam em débito com a concessionária, poderá causar um desfalque no sistema e, conseqüentemente, afetar a qualidade dos serviços, prejudicando toda a coletividade usuária.

Contudo, segundo o entendimento consolidado na jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a interrupção do fornecimento dos serviços essenciais de água e energia elétrica somente poderá ocorrer quando se tratar de débito atual, ou seja, estão proibidos o corte de água e energia elétrica por débitos pretéritos e consolidados, os quais devem ser reivindicados pelas vias ordinárias de cobrança.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOS. INTERRUPTÃO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES STJ. RELAÇÃO CONSUMERISTA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento no sentido da ilicitude da interrupção, pela concessionária, dos serviços de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. Precedentes STJ. 2. "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 468.064/RS, Primeira Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 7/4/2014). 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1351546 MG 2012/0228963-9, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 22/04/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/05/2014)

O fato de se tratar de uma recuperação judicial não altera o panorama da questão, devendo ser aplicada a mesma sistemática:





Página -13-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LIMINAR. GARANTIA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MANUTENÇÃO. I. A recuperação judicial tem o intuito de propiciar ao devedor a superação das dificuldades econômico-financeiras, visando à preservação da empresa e evitando os negativos reflexos sociais e econômicos que o encerramento das atividades empresariais poderia causar. Princípio da preservação da empresa. Inteligência do art. 47, da Lei nº 11.101 /2005. II. Portanto, descabe a discussão sobre a qualidade do crédito em discussão em sede de ação cautelar, o que deverá ocorrer através dos meios próprios previstos na lei que regula a recuperação judicial e a falência e no Código de Processo Civil. III. Deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica, por se tratar de serviço essencial, de modo a viabilizar a manutenção da empresa recuperanda e fazer cumprir os objetivos da Lei nº 11.101 /2005. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70064645237, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 08/05/2015).

Assim, não se pode admitir a suspensão do fornecimento de serviços essenciais como água e energia elétrica decorrentes de débitos vencidos antes do requerimento da recuperação judicial, sob pena de inviabilizar a tentativa de superação da crise econômico-financeira da recuperanda.

A mesma sistemática deve ser aplicada aos serviços de Sistema Gerencial da empresa, Servidor de Armazenamento do Banco de Dados, Software de Gerenciamento de Pedidos e Sistema de Análise de Cadastro, pois são serviços essenciais para manutenção da atividade empresarial, sendo que sua interrupção pode causar prejuízos imensuráveis a ponto de impossibilitar a superação da crise econômica da empresa.

Quanto aos débitos vincendos (água, energia elétrica, Sistema Gerencial da empresa, Servidor de Armazenamento do Banco de Dados, Software de Gerenciamento de Pedidos e Sistema de Análise de Cadastro) após o deferimento do





Página -14-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

processamento da recuperação judicial, exigem estes o respectivo pagamento, sendo o crédito decorrente destes serviços considerado extraconcursal, haja vista terem sido essenciais para a superação da crise econômico-financeira da empresa.

Neste sentido:

"(...)A continuidade do serviço, sem o efetivo pagamento, quebra o princípio da igualdade das partes e ocasiona o enriquecimento sem causa, repudiado pelo Direito (arts. 42 e 71 do CDC, em interpretação conjunta).(...)" (STJ, 2ªT, REsp 705.203/SP, Min. Eliana Calmon, 11.10.2005).

DIREITO EMPRESARIAL. CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS E DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. São extraconcursais os créditos originários de negócios jurídicos realizados após a data em que foi deferido o pedido de processamento de recuperação judicial. Inicialmente, impõe-se assentar como premissa que o ato deflagrador da propagação dos principais efeitos da recuperação judicial é a decisão que defere o pedido de seu processamento. Importa ressaltar, ainda, que o ato que defere o pedido de processamento da recuperação é responsável por conferir publicidade à situação de crise econômico-financeira da sociedade, a qual, sob a perspectiva de fornecedores e de clientes, potencializa o risco de se manter relações jurídicas com a pessoa em recuperação. Esse incremento de risco associa-se aos negócios a serem realizados com o devedor em crise, fragilizando a atividade produtiva em razão da elevação dos custos e do afastamento de fornecedores, ocasionando, assim, perda de competitividade. Por vislumbrar a formação desse quadro e com o escopo de assegurar mecanismos de proteção àqueles que negociarem com a sociedade em crise durante o período de recuperação judicial, o art. 67 da Lei 11.101/2005 estatuiu que "os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial [...] serão considerados extraconcursais [...] em caso de decretação de falência". Em semelhante perspectiva, o art. 84, V, do mesmo diploma legal dispõe que "serão considerados créditos extraconcursais [...] os relativos a [...] obrigações resultantes de atos jurídicos





Página -15-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

válidos praticados durante a recuperação judicial". Desse modo, afigura-se razoável concluir que conferir precedência na ordem de pagamentos na hipótese de quebra do devedor foi a maneira encontrada pelo legislador para compensar aqueles que participem ativamente do processo de soerguimento da empresa. Não se pode perder de vista que viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora – objetivo do instituto da recuperação judicial – é pré-condição necessária para promoção do princípio maior da Lei 11.101/2005 consagrado em seu art. 47: o de preservação da empresa e de sua função social. Nessa medida, a interpretação sistemática das normas insertas na Lei 11.101/2005 (arts. 52, 47, 67 e 84) autorizam a conclusão de que a sociedade empresária deve ser considerada “em recuperação judicial” a partir do momento em que obtém o deferimento do pedido de seu processamento. (STJ – REsp 1.398.092-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 6/5/2014) (Informativo nº 543).

Mediante o exposto, **defiro parcialmente a tutela de urgência** requerida para determinar a proibição de suspensão dos serviços essenciais de água, energia elétrica, Sistema Gerencial da empresa, Servidor de Armazenamento do Banco de Dados, Software de Gerenciamento de Pedidos e Sistema de Análise de Cadastro decorrentes de débitos vencidos anteriormente ao deferimento do processamento da recuperação judicial, **sob pena de multa diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, nos termos do artigo 537, do Código de Processo Civil. **OFICIE-SE.**

b) Dos Contratos Bancários – “Travas Bancárias”

Postula a parte requerente na petição inicial a concessão de tutela de urgência para que “os bancos credores, para que se abstenham de proceder qualquer ato de retenção ou bloqueio de valores, acesso e movimentações bancárias nas referidas contas, bem como, liberem todo e qualquer acesso por meios eletrônicos e físicos, de gerenciadores financeiros, para fins de movimentações bancárias em geral, bem como, seja determinado as instituições financeiras credoras que se abstenham de





Página -16-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

bloquear quaisquer valores para fins de amortizar o saldo devedor de conta corrente pela utilização de limite de crédito e que liberem eventuais valores já bloqueados, sob pena de multa diária”.

Pleiteia ainda que seja determinada a imediata restituição dos títulos de crédito (duplicatas) objetos dos contratos de cessão fiduciária, a fim de que componham o seu fluxo de caixa, para a preservação da atividade econômica, em especial neste momento. Fundamenta seu pleito afirmando que a ausência de individualização dos títulos no instrumento efetivado pelas partes implica em nulidade do contrato, por inobservância das regras da lei civil aplicável.

Pois bem.

O § 3º, art. 49, da LFRE, estabelece que *"tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial"*.

De acordo com a redação do aludido dispositivo da Lei 11.101/2005, os credores fiduciários não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, mantendo-se normalmente a execução dos contratos pactuados com as instituições financeiras.

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO EMPRESARIAL. NÃO SUBMISSÃO DE CRÉDITO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AOS EFEITOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária de bem não essencial à atividade empresarial. O art. 49, caput, da Lei 11.101/2005 estabelece que estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido,





Página -17-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

ainda que não vencidos. Por sua vez, o § 3º do mesmo artigo prevê hipóteses em que os créditos não se submeterão aos efeitos da recuperação judicial, entre eles, os créditos garantidos por alienação fiduciária. A jurisprudência do STJ, no entanto, tendo por base a limitação prevista na parte final do § 3º do art. 49 – que impede a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial – e inspirada no princípio da preservação da empresa, tem estabelecido hipóteses em que se abre exceção à regra da não submissão do crédito garantido por alienação fiduciária ao procedimento da recuperação judicial. De acordo com a linha seguida pelo STJ, a exceção somente é aplicada a casos que revelam peculiaridades que recomendem tratamento diferenciado visando à preservação da atividade empresarial, como, por exemplo, no caso em que o bem dado em alienação fiduciária componha o estoque da sociedade, ou no caso de o bem alienado ser o imóvel no qual se situa a sede da empresa. Em suma, justifica-se a exceção quando se verificar, pelos elementos constantes dos autos, que a retirada dos bens prejudique de alguma forma a atividade produtiva da sociedade. Caso contrário, isto é, inexistente qualquer peculiaridade que justifique excepcionar a regra legal do art. 49, § 3º, deve prevalecer a regra de não submissão, excluindo-se dos efeitos da recuperação judicial os créditos de titularidade da interessada que possuem garantia de alienação fiduciária. (STJ – CC 131.656-PE, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 8/10/2014) (Informativo nº 550).

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS. NATUREZA JURÍDICA. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. NÃO SUJEIÇÃO AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL."TRAVA BANCÁRIA". 1. A alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito, possuem a natureza jurídica de propriedade fiduciária, não se sujeitando aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. 2. Recurso especial não provido (REsp 1.202.918/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, j. 07/03/2013, DJE 10/04/2013).





Página -18-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Por outro lado, embora os créditos decorrentes de contratos de cessão fiduciária não sejam atingidos pelos efeitos da recuperação, não há dúvidas de que a garantia de livre movimentação financeira da empresa é essencial para a realização de seus negócios.

Dessa forma, compatibilizando o disposto no § 3º, art. 49, da LFRE com a necessidade da empresa em recuperação na movimentação de suas contas bancárias para a realização de seus negócios essenciais, deve ser concedida a tutela de urgência para garantir a livre movimentação de suas contas correntes, ressalvados os créditos objeto de cessão fiduciária.

Por oportuno:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. PROVIDÊNCIAS DE NATUREZA CAUTELAR FORMULADAS NA INICIAL INDEFERIDAS. INSURGÊNCIA DAS AUTORAS, AO ARGUMENTO DE QUE AS MEDIDAS SE FAZEM NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DA PRETENSÃO DEDUZIDA. LIBERAÇÃO DAS CHAMADAS TRAVAS BANCÁRIAS E ABSTENÇÃO DE BLOQUEIOS DE VALORES EM CONTAS-CORRENTES. CONTRATOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS RECEBÍVEIS (DUPLICATAS). PREVISÃO LEGAL AFASTANDO A POSSIBILIDADE DE CREDORES FIDUCIÁRIOS SUBMETEREM-SE AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INTELIGÊNCIA DO § 3º DO ART. 49 DA LEI 11.101 /2005. DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINA A LIBERAÇÃO E LIVRE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS, COM A RESSALVA DOS CRÉDITOS OBJETO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA. RATIFICAÇÃO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E EXCLUSÃO DE REGISTROS EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MEDIDAS QUE RESTRINGEM, POR ANTECIPAÇÃO, DE MODO GENÉRICO E PRECIPITADO, DIREITOS DE CREDORES E EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR –1114526-1 (Acórdão). Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Publicação: DJ: 1298 16/03/2014. Relator: Luiz Cezar Nicolau)





Página -19-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

O mesmo entendimento deve ser aplicado aos contratos de cessão de recebíveis de cartão de crédito:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS. RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO. FUNDAMENTAÇÃO. SUFICIENTE. SUBMISSÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. (TJPR, AI 472.495-2, Des. Vicente Del Prete Misurelli, 15.07.2008).

Desse modo, **defiro parcialmente a tutela de urgência**, para garantir a livre movimentação das contas correntes da empresa requerente, ressalvados os créditos objeto de cessão fiduciária – inclusive os recebíveis de cartão de crédito e de duplicatas –, os quais devem seguir o previsto nos contratos firmados, **sob pena de multa por ato de descumprimento de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, nos termos do artigo 537, do Código de Processo Civil. **OFICIE-SE**.

Advirto que este não é o momento, tampouco o procedimento adequado para se analisar eventuais nulidades existentes nos contratos firmados pela empresa recuperanda.

Não obstante, frise-se que o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é no sentido de que a exigência de registro de contrato de alienação fiduciária serve tão somente para dar publicidade ao negócio, não sendo considerado pressuposto de existência, validade e eficácia do negócio, portanto, não havendo se falar em nulidade por este motivo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DUPLICATAS. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM CARTÓRIO. DESNECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO DO ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/2005. ART. 66-B, § 3º, DA LEI 4.728/1965. NÃO SUJEIÇÃO AOS





Página -20-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROVIMENTO. 1. A exigência de registro do contrato de alienação fiduciária de direitos creditícios em cartório (Títulos e Documentos), para efeitos de publicidade do ato e sua oponibilidade "erga omnes", não se traduz em requisito formal de existência, validade ou até mesmo de eficácia entre as partes, conforme inteligência do art. 1.361 c/c 1.368-A, do Código Civil, mesmo porque a publicidade resta suprida diante do pedido judicial de recuperação judicial, na forma do art. 370, inciso IV/CPC/73. 2. Não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial a alienação fiduciária de direitos sobre títulos de crédito, ante a sua natureza jurídica de propriedade fiduciária, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. Precedentes STJ (Maioria). Divergência em separado (art. 942/CPC/2015) 3. Agravo de Instrumento a que se dá provimento, por maioria, com declaração de voto vencido em separado (§ 3º, art. 941 c/c 942/CPC/2015). (TJPR, 17ªCCv, AI 1407979-7, Juiz Conv. Francisco Jorge, 30.03.2016).

c) Da Suspensão dos Protestos e Inscrições nos Cadastros de Devedores

Postula a empresa requerente a suspensão dos protestos e inscrições nos cadastros de inadimplentes dos créditos abrangidos pela recuperação judicial, a fim de evitar a sua exposição negativa frente às negociações comerciais que envolvem a sua atividade econômica.

Sem razão a requerente.

O mero deferimento do processamento da recuperação não tem o condão de suspender os protestos de títulos ou a inscrição do nome da empresa recuperanda nos cadastros de proteção ao crédito, em razão do inadimplemento das obrigações assumidas.

Isso porque, as baixas dos protestos e das inscrições de proteção ao crédito somente poderão ocorrer após a novação dos créditos objeto de recuperação, a qual, segundo o artigo 59, da LFRE, somente ocorre com a aprovação do plano de recuperação.





Página -21-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Neste sentido é o teor do Enunciado 54 da Jornada de Direito Comercial da CJF:

"O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos."

O mesmo posicionamento é aplicado pela jurisprudência:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E DAS ANOTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. MERO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO TEM O CONDÃO DE NOVAR AS DÍVIDAS DA RECUPERANDA. NOVAÇÃO QUE SE OPERA SOMENTE DEPOIS DE HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA (ART. 59 DA LEI Nº 11.101/2005). PRECEDENTES DO STJ. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES OPERADA COM O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO SE ESTENDE AOS PROTESTOS E ANOTAÇÕES RESTRITIVAS DE CRÉDITO. PROCESSAMENTO QUE DISPENSA A EMPRESA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES (ART. 52, II, DA LEI Nº 11.101/2005), O QUE OBSTA O ALEGADO PREJUÍZO SUPOSTO PELA EXISTÊNCIA DOS PROTESTOS E DAS ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (TJPR - 17ª C.Cível - AI - 1421795-3 - Rebouças - Rel.: Fernando Paulino da Silva Wolff Filho - Unânime - - J. 08.06.2016)

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DÍVIDAS COMPREENDIDAS NO PLANO. NOVAÇÃO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PROTESTOS. BAIXA, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA. CUMPRIMENTO





Página -22-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. 1. Diferentemente do regime existente sob a vigência do DL nº 7.661/45, cujo art. 148 previa expressamente que a concordata não produzia novação, a primeira parte do art. 59 da Lei nº 11.101/05 estabelece que o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido. 2. A novação induz a extinção da relação jurídica anterior, substituída por uma nova, não sendo mais possível falar em inadimplência do devedor com base na dívida extinta. 3. Todavia, a novação operada pelo plano de recuperação fica sujeita a uma condição resolutiva, na medida em que o art. 61 da Lei nº 11.101/05 dispõe que o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, com o que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial. 4. Diante disso, uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação. 5. Recurso especial provido. (STJ, REsp 1260301/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012).

Isto posto, **indefiro**, neste momento, o pedido urgente consistente na baixa de protestos e de inscrições junto aos órgãos de proteção ao crédito.

c) Dos Contratos de Locação

Aduz a requerente que detém diversas filiais instaladas em todo o País, inclusive, diversas lojas que atendem o consumidor e fomentam às suas vendas, tratando-se de pontos estratégicos essenciais para viabilizar a sua atividade





Página -23-
Estado do Paraná
—●—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

econômica, de modo que, a inadimplência de alguns pontos em razão das dificuldades financeiras enfrentadas, pode ensejar o despejo, o que seria nocivo para sua atividade, porquanto perderia pontos estratégicos para venda de seus produtos.

Parcial razão assiste à requerente.

O entendimento atual do STJ é de que os valores de aluguéis, por se tratar de quantia líquida, estão abrangidos pelo plano de recuperação:

DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA JULGAR AÇÃO DE DESPEJO MOVIDA CONTRA SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Não se submete à competência do juízo universal da recuperação judicial a ação de despejo movida, com base na Lei 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), pelo proprietário locador para obter, unicamente, a retomada da posse direta do imóvel locado à sociedade empresária em recuperação. A Lei da Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005) não prevê exceção que ampare o locatário que tenha obtido o deferimento de recuperação judicial, estabelecendo, ao contrário, que o credor proprietário de bem imóvel, quanto à retomada do bem, não se submete aos efeitos da recuperação judicial (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005). Na espécie, tratando-se de credor titular da posição de proprietário, prevalecem os direitos de propriedade sobre a coisa, sendo inaplicável à hipótese de despejo a exceção prevista no § 3º, in fine, do art. 49 da Lei 11.101/2005 – que não permite, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º da referida lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial –, pois, no despejo, regido por legislação especial, tem-se a retomada do imóvel locado, e não se trata de venda ou mera retirada do estabelecimento do devedor de bem essencial a sua atividade empresarial. Nesse sentido, a melhor interpretação a ser conferida aos arts. 6º e 49 da Lei 11.101/2005 é a de que, em regra, apenas os credores de quantia líquida se submetem ao juízo da recuperação, com exclusão, dentre outros, do titular do direito de propriedade. Portanto, conclui-se que a efetivação da ordem do despejo não se submete à competência do Juízo universal da recuperação, não se confundindo com eventual execução de valores devidos pelo locatário





Página -24-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

relativos a aluguéis e consectários, legais e processuais, ainda que tal pretensão esteja cumulada na ação de despejo. (STJ – AgRg no CC 103.012-GO, Segunda Seção, DJe de 24/6/2010. CC 123.116-SP, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 14/8/2014 (Informativo nº 551).

Com efeito, os débitos vencidos dos contratos de aluguel estão sujeitos ao plano de recuperação, não podendo embasar ação de despejo, salvo se esta já tiver sido intentada antes do deferimento da recuperação judicial.

Já os débitos dos aluguéis vencidos após o deferimento da recuperação judicial são considerados créditos extraconcursais, tendo *“precedência na ordem de pagamentos na hipótese de quebra do devedor foi a maneira encontrada pelo legislador para compensar aqueles que participem ativamente do processo de soerguimento da empresa”* (REsp 1.398.092-SC), de modo que, caso não pagos, podem ser motivo deflagrador de pedido de despejo.

Assim, **defiro parcialmente a tutela de urgência** para impedir o despejo decorrente dos débitos locatícios anteriores ao deferimento da recuperação judicial. **OFICIE-SE.**

Determinações Finais

Neste contexto, determino:

1) a nomeação como Administrador Judicial o **Dr. Marins Artiga da Silva**, sob compromisso, que deverá cumprir o encargo assumido, sob pena de responsabilidade civil e penal, na forma do artigo 52, inciso I, da LFRE.

2) a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterà:
a) o resumo do pedido do devedor e da presente decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial; b) a relação nominal de credores, discriminando-se o valor atualizado e a classificação de cada crédito; c) a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, desta Lei, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 desta Lei (art. 52, § 1º, da LFRE);





Página -25-
Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

3) a apresentação pelo devedor de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da LFRE);

4) intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento (art. 52, V, da LFRE);

5) a expedição de ofício às instituições financeiras nas quais a recuperanda possui conta corrente (seq. 1.79), comunicando o teor desta decisão;

6) após a aprovação do plano, oficie-se ao SERASA e ao Tabelionato de Títulos e Documentos para que realizem as baixas devidas.

Ato contínuo, havendo ou não objeções ao plano de recuperação, voltem os autos conclusos.

Por fim, **indefiro o pedido de decretação de segredo de justiça**, porquanto a regra é a publicidade dos atos do processo, excetuadas as hipóteses expressamente previstas na lei adjetiva, tratando-se, portanto, o segredo de justiça de medida excepcional.

O princípio da publicidade dos atos processuais, segundo o qual a todos é permitido conhecer os atos e termos do processo está previsto no artigo 5º, inciso LX, da Constituição Federal, que determina: "*a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem*".

O Estatuto Adjetivo Civil, em seu artigo 189, também cuida do princípio da publicidade dos atos processuais, enumerando, em seus incisos I, II, III e IV, os casos em que, excepcionalmente, os atos processuais são praticados em segredo de justiça, quais sejam: os em que o exigir o interesse público, os que digam respeito a casamento, filiação, separação de cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores, os que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade e os que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que comprovada a confidencialidade pactuada.

Tais não são hipóteses tratadas nos autos, motivo pelo qual é de ser indeferido o pedido formulado.





Página -26-
Estado do Paraná
—
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Cianorte
2ª Vara Cível

Registre-se que não se desconhece o entendimento de que o rol do artigo 189, do Código de Processo Civil não seja taxativo. No entanto, não vislumbro a necessidade da decretação de segredo de justiça na espécie.

Consigno, por outro lado, que nada impede formule a parte autora pedido de sigilo sobre documentos e dados específicos para o fim de se bloquear o acesso público sobre os mesmos, o que é plenamente possível no sistema Projudi (CPC, arts. 189, III c/c 773).

Intime-se. Diligências necessárias.

Cianorte, 13 de dezembro de 2016.

Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon

Juíza de Direito

